

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 16<sup>a</sup> REUNIÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE POLÍTICA PENITEN-  
CIÁRIA REALIZADA EM 26.10.81.

Às nove horas do dia vinte e seis de outubro de um mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, ANTONIO ZAPPALÁ, ALCÉO MORAES ALMEIDA, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, RENÉ ARIEL DOTTI, ABELAR DO DE ARAÚJO JUREMA e NABOR CESAR SIQUEIRA. Aberta a sessão o Senhor Presidente submeteu a ata da 15<sup>a</sup> reunião do CNPP ao Plenário que aprovou-a com as emendas apresentadas pelos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, RENÉ ARIEL DOTTI e NABOR CESAR SIQUEIRA. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, representado pelo Senhor Conselheiro ALCÉO MORAES ALMEIDA. A seguir o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes tramitados no CNPP no período compreendido entre vinte e cinco de setembro a vinte e três de outubro passado. Parte dos expedientes referidos foram distribuídos aos Senhores Conselheiros JASON SOARES ALBERGARIA, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, BENJAMIN MORAES FILHO e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, para exame e parecer. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, relator do Parecer sobre o Anteprojeto de Decreto de Indulto Natalino, matéria submetida ao CNPP pelo DEPEN, que no original manteve a sua redação tradicional. Ao modelo, o relator sugeriu as seguintes emendas: "I) - Parece-nos, que, se for exato que o anteprojeto do indulto buscou inspiração, na hipótese, no § 3º do art. 30 do Código Penal, assim deveria ser redigido o parágrafo único do art. 1º do próximo decreto: - É igualmente concedido indulto aos condenados a penas superiores a quatro anos que tenham completado sessenta anos de idade até a data fixada neste artigo, e aos menores de vinte e um anos de idade na data do crime, desde que tenham cumprido um terço da pena; se primários, ou metade, se reincidentes. II) - Os Con-

selhos Penitenciários - colegiados que se reúnem, em regra, uma vez por semana - não têm sido, por isso mesmo, satisfatoriamente ágeis no encaminhamento (sabidamente opinativo) dos processos em causa. O mesmo, porém, não ocorre em relação aos juizes de execução das penas, que estão, diariamente, em seus gabinetes, junto aos quais atua outro órgão opinativo, na pessoa, sempre presente, do Promotor de Justiça - ambos, Juiz e Promotor - bem próximos do processo de desencadeamento do indulto. Não sendo possível, como parece não ser, a supressão, em todas as hipóteses, da dupla etapa do indulto, com tanto prejuízo da celeridade do seu processamento, parece-nos que o decreto deveria especificar nem somente os prazos de tramitação do expediente, a partir das informações administrativas, como, por outro lado, dispensar diligências supérfluas e de fixações subjetivas, como serem, por exemplo, a requisição dos autos da ação penal (pois que a sentença, na hipótese, é a única peça a ser examinada) e sujeição do indultando a exame de cessação de periculosidade - de prática em alguns Conselhos - sem que a sentença desta haja sequer cogitado. A nós não ocorre demais disso, para proveito da agilização do processo de indulto, que o decreto poderia acolher, onde coubesse, disposições que explicitariam: a) - que ficaria pensado o pronunciamento dos Conselhos Penitenciários, no caso de indulto que envolva condenados que cumpram pena em estabelecimento distante mais de duzentos quilômetros da sede do Colegiado, cabendo, pois, ao juiz de execução o processamento e a solução pertinente; b) - que competirá ao juiz de execução, em qualquer caso, o processamento e a solução pertinente, se o Conselho Penitenciário, até o dia 15 de janeiro do ano seguinte, não concluir o processo respectivo. III) - A nosso ver, o Conselho Nacional de Política Penitenciária - órgão supremo de administração da criminologia clínica e da política criminal aplicadas (...) em todo o território nacional - não pode e não deve ficar alheio aos problemas suscitados pelo indulto em referência. Assim, a exemplo do que pretendeu o Decreto-lei nº 3.992, de 30 de dezembro de 1941 (que dispõe sobre a execução das estatísticas criminais a que se refere o art. 809 do Código de Processo Penal) deveria o decreto ora em anteprojeto estabelecer que, dentro no prazo de trinta dias, a partir da solução dada ao processo de indulto, o Conselho Penitenciário e o Juiz de execução enviarão ao CNPP, conforme o caso,

cópia do pronunciamento e da solução pertinentes ao processo de indulto. Com as observações precedentes, concebidas, por acúmulo de incumbências, do correr do teclado, entendemos, s. m. j., que as idéias pertinentes ao próximo decreto de indulto são de ser acolhidas, prontamente, pelo douto Plenário do Conselho Nacional de Política Penitenciária". Concluído o presente relato, o Sr. Presidente colocou-o à discussão e votação do Egrégio Plenário. Submetido ao Con-

selho, foi aprovado salvo os destaques, o parecer sobre o Anteprojeto de Decreto de Indulto Natalino que emitiu o Ilustre Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES. Entretanto, após a aprovação do parecer, foram submetidos à discussão e votação os destaques propostos pelos Senhores Conselheiros. O primeiro destaque, de autoria do eminente Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, propunha a supressão da alínea "a" do parecer e a manutenção da alínea "b". Após a discussão, foi aprovada por maioria de votos. O segundo destaque, também de autoria do Senhor Conselheiro mencionado, foi com relação ao item III do parecer, sugerindo a seguinte redação: "O juízo da Execução processará e decidirá sobre o indulto, dispensando o parecer do Conselho Penitenciário, se este não for emitido até 15 de janeiro de 1982". Após a discussão, foi aprovado. Ainda proposto pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, o terceiro destaque, sugerindo a inclusão no § 1º do art. 8º do Anteprojeto de Decreto de Indulto, o seguinte Parágrafo: "As autoridades dos órgãos que custodiarem os condenados encaminharão aos Conselhos Penitenciários até 30 dias após a publicação do decreto, relação dos presos que satisfaçam aqueles requisitos, prestando, desde logo, informações circunstanciadas sobre a vida prisional e a conduta de cada um". Após a discussão, foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, que ao quarto destaque, enfocou o Art. 1º, Parágrafo único do Anteprojeto em exame, mantendo as linhas gerais de seu conteúdo, mas, beneficiando em relação ao fator etário, apenas os maiores de 60 anos. Após os debates, referida proposição foi acolhida pelo Conselho, porém, com a inclusão da sugestão emitida pelo Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, propondo ao que se refere a menores de 21 anos de idade na data do crime, o seguinte adendo: "Se primários e tenham cumprido 1/3 da pena". O quinto destaque, também de autoria do eminente Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, propunha acrescentar ao art. 7º, inciso III do Anteprojeto, no que se refere aos crimes contra a segurança nacional, a seguinte emenda substitutiva: "quando praticados com violência ou grave ameaça à pessoa ou violência à coisa". Foi aprovado por maioria de votos. Já o sexto destaque foi de autoria do nobre Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, que focalizou o Art. 2º do Anteprojeto de Decreto de Indulto, objetivando ajustá-lo à sistematização do Anteprojeto de Código Penal em seu Art. 30, § 5º, ou seja: "Pena superior a 4 até 8 anos e, acima de 8 anos". Assim, ficava suprimido o inciso III, do Art. 2º do referido Anteprojeto. Após os debates, foi aprovado por unanimidade. O sétimo e último destaque, também de autoria do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, enfocou as Penas Acessórias e, após considerações gerais do plenário, concluiu-se que esta matéria não fosse objeto de texto novo de indulto. Aprovados, com a inclusão dos destaques, o Parecer e o Anteprojeto, o Senhor Presidente designou o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, para ajustar a redação final do referido Anteprojeto, de acordo com a votação do Conselho. A esta incumbência o relator designado foi auxiliado pelos Senhores Conselheiros RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, EVERARDO DA CUNHA LUNA, BENJAMIN MORAES FILHO e pelo Assessor do DEPEN, Dr. JARBAS FIDELIS DE SOUZA. Ainda sobre a matéria do Indulto, os Senhores Conselheiros RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e BENJAMIN MORAES FILHO, respectivamente, apresentaram os seguintes Pareceres: "A RESPEITO DO DECRETO DE INDULTO DE 1981" - "Sugestões do Grupo de Trabalho e Estudos da Promotoria Pública das Execuções Criminais da Capital do Estado de São Paulo" - e, "VOTO DIVERGENTE". Além dos pareceres mencionados, o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, encaminhou publicação de sua autoria, intitulada "A disciplina do Indulto". Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente passou a palavra ao Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, para relatar sobre as conclusões da Coordenação Científica do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária. Em sucinto resumo, o relator colocou em destaque a repercussão nacional do evento e a afluição de especialistas de todo o País, objetivando o debate dos temas propostos pelo Congresso. Evidenciou também, a importância para o Conselho Nacional de Política Penitenciária, em dar continuidade à realização periódica de Conclaves dessa natureza. O Senhor Presidente agradeceu a presença do relator a esta sessão, bem como o bom desempenho demonstrado à frente daquela coordenação. Em seguida com a palavra o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI que relatou sobre recente visita a Belém do Pará, convidado pela Universidade Federal daquele Estado, para proferir aulas relativas à reforma do Sistema Criminal Brasileiro e especificamente sobre o Anteprojeto de Lei de Exe-